

Prefácio

ÁGUA DE TODOS E DE NINGUÉM

Edson Aparecido da Silva¹

Não poderia vir a público em melhor hora o livro que o leitor tem em mãos. Há pouco menos de um ano realizava-se na cidade de Brasília, entre os dias 17 e 22 de março de 2018, o Fórum Alternativo Mundial da Água – Fama 2018. Momento impar na história dos lutadores e lutadoras do campo e da cidade. Homens e mulheres das florestas e das águas que lutam para conquistar uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

O Fama reafirmou em alto e bom som que a “Água é Direito e Não Mercadoria” e se contrapôs ao 8º Fórum Mundial da Água – FMA, que ocorria na mesma cidade e há poucos metros de onde acontecia o Fama.

No espaço do 8º FMA reuniram-se grandes corporações que, a pretexto de tratar dos “escassos recursos hídricos” no planeta tinham como real objetivo traçar formas de garantir o controle da água para manter a produção de grandes indústrias e do agronegócio. A agenda e as demandas das populações ribeirinhas, pescadores e pescadoras, quilombolas, atingidos por grandes obras, pequenos agricultores, populações tradicionais e indígenas, as mais variadas religiosidades, movimento de mulheres, passavam ao largo dos debates que lá aconteciam. Espaço esse que foi garantido no Fama, apesar das grandes dificuldades no processo de organização. Podemos afirmar, sem medo de errar, que foi a primeira vez no Brasil

que se conseguiu aglutinar tantas organizações e movimentos sociais e populares, das mais variadas origens e formas de articulação e que se relacionam de diferentes maneiras com água num mesmo espaço de debates, desenvolvendo formulações e estratégias de lutas.

Mas não é só isso. O livro surge em um momento em que se vislumbra uma série de retrocessos políticos e sociais de maneira geral e em particular com relação às questões ambientais, incluída, as mudanças climáticas, a água e o saneamento básico. Por exemplo, o presidente eleito do Brasil ameaça de abandonar o Acordo de Paris. Com relação aos recursos hídricos, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) 495, de 2017, altera a nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para introduzir os mercados de água “como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos.” No saneamento básico as iniciativas são criar instrumentos através de alteração na legislação nacional de forma a facilitar o processo de privatização e com isso ampliar a exclusão, ainda maior das pessoas, sobretudo as mais pobres, do acesso aos serviços e tornar ainda mais distante a meta de universalização dos serviços.

Os temas “Bem Comum” e “Bem Viver”, ainda devem ser muito explorados por acadêmicos, movimentos sociais e populares, são centrais na luta para a construção de um outro mundo onde a sustentabilidade do planeta não se dissocia da garantia de direitos. É preciso conhecer mais e melhor as experiências de gestão comunitária que ainda são poucas pelo mundo. Um dos desafios é romper com o dualismo “público e privado” e incorporar essa nova variável ainda não praticada pela grande maioria dos povos. O controle social, conceito e forma que usamos no Brasil deve deixar de ser retórica e ser efetivamente incorporadas às agendas de luta e resistência, seja ocupando espaços institucionais seja através de espaços autônomos.

Temos em mãos uma obra que nos alimenta de informações, um rico rol de pesquisa que ajudará na formação de trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade para os processos de resistências presentes e que virão.

Afinal, como alguém já disse: “Quem sabe mais luta melhor”.

¹ Edson Aparecido da Silva é Sociólogo, mestre em Planejamento e Gestão do Território, com especialização em Meio Ambiente e Sociedade, integrou a Coordenação Nacional do Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA 2018. É autor do artigo “Água e Direito e não Mercadoria” in: “Em Defesa do Bem Comum” da Tomo Editorial, realizado pela APCEF/RS; e do artigo: “A água e o esgotamento sanitário como direitos humanos fundamentais” in: Relatório de Direitos Humanos no Brasil – 2018, publicação anual da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.